

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 25 e 26 de setembro de 2008

Local: IBP-Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Julio Cesar Colpo (MS-ANVISA); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Franklin Rabelo de Araújo (MTE/SRTE/CE – Assessor Técnico); Diego Folly de Andrade (MTE/SIT – Assessor Técnico); José Roberto Paulon Silva (DPC); Antonio Lincoln Colucci (FUNDACENTRO); Odilon Braga (CONTTMAF); Armando Freitas (SINDPETRO/NF); Vitor Carvalho (SINDPETRO/NF); Luiz Molle (PETROBRAS); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Oton Corrêa (IBP); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Luiz Moschini de Souza (IBP); Marcelo Felga Carvalho (ANVISA – Convidado)

1. A reunião foi realizada em dois dias sendo que no primeiro dia não houve o quorum mínimo necessário.
2. No primeiro dia da reunião, o Sr. Coordenador abriu os trabalhos informando ter recebido mensagem eletrônica do coordenador da bancada dos empregadores de que não poderiam comparecer a reunião por motivos de agenda, porém confirmando suas presenças para o segundo dia
3. No primeiro dia as bancadas dos trabalhadores e de governo passaram então a dialogar a respeito dos rumos da comissão, dos atrasos na programação e da lentidão do processo de aprovação.
4. Encerrando antecipadamente a reunião, no primeiro dia, por falta de quorum, o Sr. Coordenador manteve a pauta para a reunião do segundo dia.
5. Iniciada a reunião no seu segundo dia foi constatado o quorum mínimo necessário.
6. Primeiramente foi aprovada a ata da 21ª Reunião Ordinária corrigindo-se somente a cidade onde seria realizada a 22ª, em vez de Maceió, Aracajú.
7. A representação dos empregadores solicitou que se corrigisse no site do MTE, erro na ata da 20ª RO publicada, ficando o Sr. Coordenador de providenciar junto ao DSST.
8. Os trabalhadores também manifestaram indignação e preocupação quanto aos rumos da comissão, lendo inclusive uma notícia veiculada na imprensa informando que a estatal pretendia economizar na construção de novas plataformas, temendo que esta economia recaísse na redução de medidas de conforto e bem estar a bordo para os trabalhadores.
9. A bancada dos empregadores manifestou surpresa diante da interpretação da notícia, esclarecendo que a mesma deixa clara a intenção da Petrobras na obtenção de redução de custos através da produção em série dos cascos das plataformas destinadas ao “pré-sal”. Afirmaram que não haveria qualquer dado na notícia que permitiria inferir que haverá alteração dos critérios que a Companhia vem utilizando ou na “redução de medidas de conforto e bem estar a bordo para os trabalhadores”.
10. Os empregadores manifestaram-se justificando sua ausência ao primeiro dia da reunião, como um problema de agenda causado pelo insucesso da reunião prevista inicialmente para Aracajú, o que os levou a um entendimento que a atual reunião seria de apenas um dia. Afirmaram, entretanto, que comunicaram o fato ao Sr. Coordenador e que não procederia o temor dos trabalhadores. Exemplificando o interesse patronal, apresentaram notícia de que o coordenador da bancada dos empregadores estivera em reunião internacional na ISO, inclusive defendendo aspectos favoráveis ao bem estar e conforto a bordo, muitos deles oriundos desta normativa em discussão.

11. Após mais alguns debates e esclarecimentos de parte a parte sobre o assunto, foi desfeito o mal entendido e em seguida retomou-se a discussão do tema das CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO, tendo sido aprovados os seguintes itens:

1. Os armários de compartimentos duplos terão as seguintes dimensões mínimas:
 - a. 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura por 0,30m (trinta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade, com separação ou prateleira, de modo que um compartimento, com a altura de 0,80m (oitenta centímetros), se destine a abrigar a roupa de uso comum e o outro compartimento, com altura de 0,40m (quarenta centímetros) a guardar a roupa de trabalho; ou
 - b. 0,80m (oitenta centímetros) de altura por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura e 0,40m (quarenta centímetros) de profundidade, com divisão no sentido vertical, de forma que os compartimentos, com largura de 0,25m (vinte e cinco centímetros), estabeleçam, rigorosamente, o isolamento das roupas de uso comum e de trabalho.

Refeitórios.

2. O refeitório obedecerá aos seguintes requisitos:
 - a. área de 1,50m² (um e meio metro quadrado) por usuário, abrigando, de cada vez, 1/3 (um terço) do total de empregados por turno de trabalho, sendo este turno o que tem maior número de empregados;
 - b. a circulação principal deverá ter a largura mínima de 0,75m (setenta e cinco centímetros), e a circulação entre assentos e entre o assento e a parede deverá ter a largura mínima de 0,55m (cinquenta e cinco centímetros).
 - c. ser provido de uma rede de iluminação, cuja fiação deverá ser protegida por eletrodutos devendo manter um iluminamento mínimo de 150 lux
 - d. ter piso impermeável e revestido de material que permita limpeza e desinfecção.
 - e. ter anteparas revestidas com material liso, resistente e impermeável e que permita limpeza e desinfecção.
3. Ventilação e exaustão forçadas mantidas em condições higiênico sanitárias satisfatórias de modo a garantir conforto térmico.
4. Disponibilizar água potável para consumo humano, em condições higiênico-sanitárias satisfatórias, dentro do padrão de potabilidade.

5. Os bebedouros devem estar localizados em locais que não permitam a sua contaminação.
6. Possuir lavatórios localizados nas proximidades da entrada do refeitório, provido de materiais para higienização e secagem das mãos, proibindo-se toalhas de uso coletivo.
7. Possuir mesas fixáveis providas de tampo liso e de material impermeável e de fácil higienização,
 - a. Em plataformas flutuantes as mesas devem dispor de tampo provido de resalto nas bordas bem como bancos ou cadeiras com dispositivo de fixação.
8. O refeitório deverá ser instalado em local apropriado, não se comunicando diretamente com os locais de trabalho, instalações sanitárias e locais insalubres ou perigosos.
9. É proibida, ainda que em caráter provisório, a utilização do refeitório para depósito.
10. Nas plataformas e instalações de apoio desabitadas devem ser asseguradas aos trabalhadores condições suficientes de conforto para a ocasião das refeições, devendo ainda preencher os seguintes requisitos mínimos:
 - a) local adequado, isolado da área de trabalho;
 - b) piso e anteparas apropriados para limpeza e desinfecção;
 - c) ventilação e boa iluminação;
 - d) mesas e assentos em número adequado;
 - e) lavatórios nas proximidades;
 - f) fornecimento de água potável de acordo com os padrões de potabilidade vigentes
 - g) equipamento próprio para aquecer as refeições.
11. A pedido da bancada dos trabalhadores a reunião foi encerrada às 14:00 horas. No encerramento a bancada dos empregadores solicitou esclarecimento quanto as normas da ANVISA e sua relação com a discussão em curso.
12. A bancada dos empregadores consultou especialmente sobre os critérios que serão observados em suas inspeções. Sugeriu que o que vier a ser aprovado neste Anexo seja o documento definitivo, isto é, todos os requisitos previstos pela ANVISA – aplicáveis a plataformas.
13. O Sr. Coordenador e a assessoria do MTE passaram a informar que os regulamentos do trabalho e da saúde obedecem a mecanismos diferentes, tanto quanto ao seu processo de elaboração, quanto a sua cobrança, havendo total independência entre as instituições dentro do campo da suas atribuições.
14. A ANVISA também manifestou a sua independencia normativa, porem informou que os assuntos discutidos na comissão seriam levados em consideração pela agência nos processos de regulamentação específicos para plataformas de modo a não criar legislações conflitantes.

15. Nada mais a tratar, foi acordado entre as partes que a 23ª Reunião Ordinária seria realizada nos dias 22 e 23 de outubro de 2008 em Aracajú, tendo como pauta uma visita a plataforma fixa no dia 22, a convite da Petrobrás, e a continuidade das discussões do item “DAS CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO” e apresentação do tema “DA PROTEÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA À BORDO no dia 23. Ficou acordada também a mudança na data da reunião de novembro que passou do dia 10/11/2008 em Vitória, para o dia 25/11/2008 no Rio de Janeiro.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas